
O desenvolvimento do discurso jornalístico em Portugal - Estudo de caso da imprensa regional madeirense de inícios do séc. XX

The development of the journalistic discourse in Portugal – A case study of Madeira regional press of early 20th century

Samuel Mateus

**Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/cp/1398>

DOI: 10.4000/cp.1398

ISSN: 2183-2269

Editora

Escola Superior de Comunicação Social

Refêrencia eletrónica

Samuel Mateus, « O desenvolvimento do discurso jornalístico em Portugal - Estudo de caso da imprensa regional madeirense de inícios do séc. XX », *Comunicação Pública* [Online], Vol.12 nº 22 | 2017, posto online no dia 30 junho 2017, consultado o 02 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cp/1398> ; DOI : 10.4000/cp.1398

Este documento foi criado de forma automática no dia 2 Maio 2019.



Comunicação Pública Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

O desenvolvimento do discurso jornalístico em Portugal - Estudo de caso da imprensa regional madeirense de inícios do séc. XX

The development of the journalistic discourse in Portugal - A case study of Madeira regional press of early 20th century

Samuel Mateus

NOTA DO EDITOR

Recebido: 21 julho 2016

Aceite para publicação: 6 Janeiro 2017

Introdução

- 1 Não raramente tendemos a associar a emergência do jornalismo ao aparecimento das primeiras publicações periódicas durante o séc. XVII, como os pasquins, os libelos ou as gazetas¹. Stephens (1988: 156), por exemplo, defende que o jornalismo foi desde logo 'inventado' nas gazetas venezianas da segunda metade do séc. XVI. Conhecidas como *avisi* ou *gazette*, elas dedicavam-se a difundir informação sobre guerra e política, quer em Itália, quer na Europa. O estilo de escrita utilizado (parágrafos organizados segundo a cidade e a data de origem) anunciava já a forma de escrita que viria a caracterizar os primeiros jornais impressos. As duas publicações impressas europeias mais antigas de que temos conhecimento são *Relations: Aller Furnemmen* (impressa por Johann Carolus) e *Aviso Relations over Zeitung* (impressa por Lucas Schulte), ambas de 1609 (Stephens, 1997: 2).

- 2 Todavia, associar o jornalismo, enquanto atividade profissional específica, a uma simples questão tecnológica (invenção técnica que permite a publicação de jornais) e à emergência dos jornais pode ser um salto arriscado. Se é verdade que ambos se encontram relacionados, isso não quer dizer que possamos estabelecer um nexo de causalidade entre os títulos periódicos e uma nova forma de ‘discursivização’ acerca do mundo. Com efeito, se o jornalismo enquanto atividade que reporta a realidade se afirmou historicamente por intermédio da imprensa, isso não significa que o jornalismo tenha sido ‘inventado’ no séc. XVII, quando os primeiros periódicos emergiram. Na verdade, de acordo com Chalaby (1998), o jornalismo pode ser considerado uma invenção do séc. XIX, produto da autonomização profissional dos jornalistas e de um campo de produção discursiva independente. O discurso jornalístico desenvolveu-se paulatinamente, convergindo num conjunto de textos contendo as suas próprias normas discursivas (e. g., pirâmide invertida) e valores (e. g., objetividade). Ele possui as suas próprias estratégias e práticas discursivas, através das quais foi possível atribuir aos textos jornalísticos uma identidade filológica que contribui para que possamos reconhecer o mesmo fenómeno discursivo (jornalismo) em diferentes géneros e manifestações textuais (e. g., ‘editorial’, coluna de opinião, ‘reportagem’, etc.).
- 3 O discurso jornalístico pode, assim, ser balizado historicamente. Isto não significa, porém, que o jornalismo, enquanto campo social, não seja atravessado por tensões constitutivas – concomitantes ou antagónicas – que nos desafiam a definir o jornalismo como um conjunto plural de práticas discursivas (Mesquita, 2003: 185). Com efeito, trata-se de um campo de luta pela sua afirmação social que evoluiu historicamente (Sousa, S/D). Ao apontar, desde logo, para um exercício de apropriação cultural do padrão discursivo anglo-americano, este desenvolvimento está, assim, longe de ter sido determinado de forma absoluta. Aquilo que diversos autores enfatizam ao referirem o padrão discursivo do jornalismo anglo-americano é que este se tornou “a referência universal a partir da qual a profissão deveria ser praticada” (Williams, 2006: 44).
- 4 É neste sentido que se o pode associar a uma cultura particular. Na verdade, a revolução discursiva que envolve esta nova maneira de descrever o mundo reportando-o não ocorreu espontânea e universalmente, mas obedeceu a estágios sucessivos de incorporação de normas discursivas que surgiram primeiramente nos Estados Unidos da América e na Grã-Bretanha (Chalaby, 1996: 304). O jornalismo não é somente uma descoberta do séc. XIX; ele é fundamentalmente uma invenção anglo-americana (Tunstall, 1977). Foi nesses dois países que foram definidas algumas das principais estratégias e práticas discursivas que caracterizam o jornalismo e que lhe conferem a sua identidade social. Foi aí que, por intermédio de uma imprensa grandemente industrializada, se autonomizou o campo de produção discursiva que caracteriza o jornalismo. Os outros países europeus, como a França, foram lentamente importando, incorporando e adaptando-se aos métodos do jornalismo anglo-americano.
- 5 Chalaby (1996: 305-310) explica que a informação nos jornais americanos e britânicos era mais abundante, continha mais notícias e ocupava mais espaço do que nos jornais franceses. Além disso, a informação anglo-americana era considerada mais exata (completa, objetiva e neutra), não apenas devido às mais desenvolvidas redes de procura de informação (*information-gathering services*), mas também porque, em França, a escrita jornalística estava mais próxima de afinidades políticas e, por esse motivo, tendia a ser mais interpretativa e a conter juízos de valor. Por outro lado, a informação nos jornais norte-americanos e britânicos centrava-se, no séc. XIX, predominantemente nos factos,

ao contrário dos repórteres e correspondentes dos jornais franceses, que faziam um uso extensivo do comentário, misturando factos com opiniões pessoais. Além disso, o discurso jornalístico em França estava ainda muito próximo de dois tipos de imprensa: uma imprensa partidária e uma imprensa literária. Recordemos que “a imprensa da época é, em primeiro lugar, política, em segundo lugar, literária e só acidentalmente noticiosa dos acontecimentos da vida quotidiana” (Serrão, 1983: 41). Na imprensa oitocentista europeia, os literários ocupavam, ainda, um enormíssimo lugar de destaque. Por exemplo, Émile Zola ou Eça de Queiroz (Mónica, 2003), eminentes escritores, eram também jornalistas. Zola queixava-se de como o enorme afluxo de informação tinha transformado o jornalismo, ao asfixiar os artigos de discussão, ao matar a crítica literária ou ao dar inusitado destaque a trivialidades (Chalaby, 1996: 309).

- 6 Este tipo de quezília entre a informação factual, os comentários e a discussão era recorrente e exemplifica o nível de resistência inicial que as práticas jornalísticas anglo-americanas enfrentaram na Europa continental.
- 7 Estamos, então, perante duas formas históricas de discurso jornalístico: uma anglo-americana e uma europeia; ou, se quisermos, assistimos ao embate cultural manifestado entre uma imprensa de informação e uma imprensa de opinião. Naturalmente que havia sobreposições entre ambas, mas separavam-as as distintas maneiras de afirmação discursiva do jornalismo: no primeiro caso, um discurso tendencialmente factual dotado de mecanismos capazes de apagar as marcas de subjetividade; no segundo caso, um discurso tendencialmente assente na qualidade literária e intelectual dos seus autores, que faziam da opinião subjectiva a sua força maior. Se a ideia de informar dominava o discurso jornalístico anglo-americano, a esse imperativo acrescia, no caso do discurso jornalístico literário do séc. XIX, o de atuar e intervir. Eça de Queiroz esclarecia que “o jornalismo na sua justa e verdadeira atitude seria a intervenção permanente do país na sua própria vida política, moral, religiosa, literária e industrial” (1983: 299).
- 8 O confronto cultural e discursivo que ocorreu no jornalismo do séc. XIX reflete o ceticismo com que os jornalistas europeus encaravam as influências americanas. O novo discurso jornalístico, orientado para factos e movido pelo desejo de objetividade, inseria-se num movimento cultural mais amplo, que o associava à degeneração cultural como trágica e inevitável consequência da modernização (Broersma, 2007: xix). Tal perspetiva traduz uma fortíssima resistência cultural à influência do jornalismo anglo-americano e à sua ênfase no sensacionalismo, nas emoções e na comercialização (as notícias como um produto). De facto, os intelectuais europeus receavam que os padrões morais do jornalismo se quebrassem, caso adotassem um discurso jornalístico menos concentrado num modelo narrativo e mais focado nos factos ‘puros e duros’ (*hard news*).
- 9 Ainda que o padrão discursivo anglo-americano atingisse as massas e se tornasse rapidamente popular, a relutância europeia em assumir a ‘americanização’ do jornalismo fez com que a incorporação plena do novo discurso jornalístico demorasse décadas. Na Europa, apenas gradualmente a influência americana se estendeu ao norte da Europa e, apenas depois, ao Mediterrâneo (incluindo países como Espanha ou Portugal) (Broersma, 2007: xix). Estamos, assim, perante diferentes realidades evolutivas quanto a adoção do padrão discursivo baseado na informação e na objetividade dos factos.
- 10 Alguns autores (Williams, 2006: 55) levantam, por isso, sérias dúvidas à prevalência do modelo anglo-americano na Europa, salientando os fatores culturais como barreiras fundamentais à sua completa adoção. Preferem, assim, falar num modelo europeu (Williams, 2006: 58). Papanassopoulos (2001: 507), por exemplo, refere que no caso

grego é muito difícil identificar uma cultura jornalística fiel ao modelo norte-americano. E Hallin e Mancini (2004) sublinharam a importância dos contextos políticos e económicos na configuração das práticas jornalísticas, levantando uma questão fundamental subjacente ao nosso estudo: a diferença entre a teoria e a prática, entre os ideais normativos (o que o jornalismo *deve* ser) e a sua realização prática (o que ele efetivamente *faz*). De facto, mesmo o modelo anglo-americano nem sempre está presente nas redações (Joesphi, 2005: 576), podendo frequentemente ser considerado mais como uma prática frequente e orientadora daquilo que se espera do jornalismo moderno, do que como uma prática hegemónica.

- 11 Por este motivo, a pesquisa em torno da adoção do modelo anglo-americano de jornalismo por parte dos diversos países da Europa (e do mundo) torna-se ainda mais premente, sendo neste contexto que este artigo assume maior pertinência. Em Portugal, os trabalhos realizados dentro da história do jornalismo permitem identificar uma clara dicotomia, em finais do séc. XIX e princípios do séc. XX, entre uma imprensa de opinião politicamente comprometida, e uma imprensa apartidária (Tengarrinha, 1971; Baptista, 2012; Barros, 2015); muitos destes trabalhos revelam as idiosincrasias e as complexidades que pautaram a gradual (e parcial) adoção do modelo anglo-americano.
- 12 Uma linha de investigação que, no contexto de uma história do jornalismo, se impõe é, então, pesquisar de que forma o discurso jornalístico anglo-americano assente nas *hard news* foi adotado noutras realidades culturais e como essas forças homogeneizadoras levaram à adaptação internacional de um discurso jornalístico de informação, face a um discurso jornalístico de opinião. Por exemplo, apurando até que ponto essa adoção não colocou em causa outras práticas discursivas jornalísticas particulares dos países europeus.
- 13 Neste artigo, contribuímos para um estudo histórico e comparativo do discurso jornalístico através de dois objetivos essenciais: primeiro, concorrer para o esclarecimento da velocidade de adoção/negociação do padrão discursivo do jornalismo anglo-americano (cf. Thomson, White & Kitley, 2008), por parte dos países europeus, em particular, em Portugal; em segundo lugar, e mais especificamente, estudar o processo de adoção dos critérios modernos anglo-americanos do discurso jornalístico (objetividade, escrita em pirâmide invertida e voz discursiva de neutralidade) a partir do estudo de caso de dois jornais regionais madeirenses da segunda década do séc. XX: o *Diário de Notícias* (Madeira) e o *Diário da Madeira*, aquando das notícias do bombardeamento do Funchal, em 1916 e 1917, por parte de submarinos alemães durante a Grande Guerra.
- 14 A opção pela imprensa regionalista é aqui especialmente oportuna porque testa a hipótese da adoção pelos jornais portugueses das práticas jornalísticas ligadas ao discurso de informação. Assim, o motivo da escolha destes títulos madeirenses prende-se com a necessidade de apurar se a ‘revolução’ discursiva anglo-americana já tinha chegado, na época, não apenas aos jornais portugueses da metrópole lisboeta (expectavelmente os primeiros a adotar o novo padrão), mas também aos restantes jornais que compunham a imprensa da época. Com efeito, se o padrão Anglo-Americano do jornalismo se desenvolveu no séc. XIX, será de esperar que, no início do séc. XX, em Portugal, ele já fosse observado, quer pela imprensa nacional, quer pela imprensa regional insular.
- 15 No fundo, trata-se de efetuar uma genealogia das práticas discursivas do jornalismo regional e insular português. São estas práticas discursivas que melhor podem representar o jornalismo do início do séc. XX, em Portugal. Como diz Cádima (2002: 11), “[n]o campo dos *media*, a prática histórica, a genealogia da esfera comunicacional, é por

excelência uma genealogia de práticas discursivas: uma vez discursivamente mediatizado não há forma de estudar o real, ou a história, a não ser através das suas concretizações discursivas”.

- 16 Com vista a analisar o padrão discursivo utilizado pelo *Diário de Notícias* (Madeira) e pelo *Diário da Madeira*, aquando das notícias do bombardeamento do Funchal, em 1916 e 1917, começamos por descrever o jornalismo de guerra no mundo e em Portugal, nessa altura. De seguida, procedemos à análise dos artigos publicados nos referidos jornais a partir de três elementos discursivos: objetividade, pirâmide invertida e voz jornalística (de neutralidade). Concluímos tecendo, a partir dos objetos examinados, algumas considerações sobre o modo como, no jornalismo português do início do séc. XX, a transição entre jornalismo de opinião e jornalismo de informação ocorreu.

1. I Guerra Mundial: a primeira experiência de jornalismo de guerra

- 17 Se podemos afirmar que os Estados beligerantes têm, durante a chamada ‘Grande Guerra’, o primeiro contacto com a máquina propagandística e censuradora que ocorrerá, em pleno, na II Guerra Mundial, é, também, plausível afirmar que a imprensa tem, na Guerra de 1914-1918 a sua primeira experiência de jornalismo de guerra com todas as implicações que isso possa comportar. Nomeadamente, a criação dos *Press Bureaus*, através dos quais as informações chegavam aos jornalistas previamente escrutinadas pelos militares. Trata-se, nesta época, de uma relação difícil entre militares e jornalistas, pois estes eram tratados como inimigos ou forças hostis (McLaughlin, 2002: 53). Porém, a partir de 1915, alguns jornalistas foram admitidos, por pressão dos Estados Unidos, na frente aliada, ainda que o seu trabalho fosse sujeito a clara censura (Sousa, S/D). Através de um sistema de *pool*, procedia-se à pré-seleção de alguns jornalistas que acompanhariam os militares e que escreveriam, não somente para os seus jornais, como também para os jornais rivais. Os jornalistas aceitavam nunca passar informação que não fosse aprovada pelos militares, os quais detinham autoridade de escrutinar toda a sua correspondência, incluindo cartas pessoais.
- 18 O problema pernicioso acerca deste acesso seletivo à experiência de guerra a reportar era que punha em causa o princípio de imparcialidade. Não apenas os jornalistas não tinham liberdade para reportar aquilo que observavam sem constrangimentos, como também não podiam verificar todos os factos que narravam. Assim, escreviam-se histórias sobre casos que nunca haviam sucedido, na tentativa de granjear o apoio da opinião pública, como o caso da fábrica alemã onde a incineração dos cadáveres dos soldados aliados tinha o intuito de produzir a glicerina utilizada nas munições (Carvalho, 2013: 35). “A imprensa apresenta a realidade reconstruída da guerra na Europa como se fosse a realidade em si mesma, principalmente com o objetivo de conferir autenticidade à informação que aqui se confunde com propaganda, e de assim conseguir persuadir e convencer os leitores da causa dos aliados, apresentada como a verdade da guerra” (Novais, 2013: 265). A aparente liberdade de expressão culmina, então, em propaganda (McLaughlin, 2002: 60).
- 19 Em Portugal, a imprensa é fundamental na formação da opinião pública e, embora não tão influente como a imprensa britânica, francesa ou alemã² (Novais, 2013: 266), revela-se uma arma poderosa na disputa entre os intervencionistas (que pugnavam pela entrada de Portugal na I Guerra Mundial) e os anti-intervencionistas (reivindicando a não-

participação do país no conflito). Segundo Novais, os jornais eram “instrumentos poderosos, uma espécie de balas de papel quase tão eficientes como as balas verdadeiras disparadas nos campos de batalha”(2013: 266).

- 20 Em Portugal, não era raro ler as *War Reports* de jornais estrangeiros reproduzidas na capa do jornal, sendo, inclusivamente, traduzidas para português. Tal aconteceu, por exemplo, em 1916, com o *Diário de Notícias* (Madeira) de 16 de dezembro de 1916 e de 14 de dezembro de 1917. Este facto demonstra a importância concedida ao conflito e o interesse que os leitores portugueses tinham em acompanhar os decisivos acontecimentos da geopolítica mundial.
- 21 Independentemente das consequências deste retrato sobre a imprensa durante a I Grande Guerra, o que queremos enfatizar é a ampla cobertura que a imprensa fazia do evento (incluindo a portuguesa) e a enorme influência na propaganda e na incitação ao sentimento patriótico. A imprensa agitou, assim, a opinião pública controlando o fluxo noticioso, bem como o seu conteúdo.

2. Estudo de caso: o discurso jornalístico na cobertura noticiosa dos bombardeamentos do Funchal (1916-1917)

- 22 Feita a contextualização histórica, analisamos as características discursivas do jornalismo regional manifestadas nos artigos do *Diário da Madeira* e do *Diário de Notícias* (Madeira) a propósito do bombardeamento do Funchal.
- 23 Do ponto de vista metodológico, escolhemos examinar o discurso jornalístico de dois jornais que constituem a referência jornalística da época, na ilha da Madeira. Na impossibilidade de levar a cabo um estudo exaustivo, com um corte temporal mais alargado, optámos por concentrar a análise num evento claramente demarcado, quer em datas, quer em termos factuais: os dois ataques dos submarinos alemães, perpetrados em 1916 e 1917. No estudo de caso que se segue, tomámos em consideração um total de 11 notícias que versam diretamente o acontecimento em causa: seis edições do *Diário de Notícias* (Madeira) e cinco edições do *Diário da Madeira*, todas pertencentes ao Arquivo Regional da Madeira.
- 24 Tendo em conta as normas discursivas anglo-americanas, concentramo-nos em três aspetos nucleares do discurso jornalístico moderno: objetividade, o uso da técnica de escrita em pirâmide invertida, e a voz jornalística (de neutralidade).
- 25 Começaremos por abordar cada um destes conceitos relativamente às notícias das duas publicações periódicas para, em seguida, procedermos às principais conclusões retiradas deste estudo de caso.

2. 1. Objetividade

- 26 A partir da década de 1830, a imprensa americana sofreu uma transformação primordial: o aumento da literacia, as inovações tecnológicas, a democracia de massas, a urbanização e a emergência da sociedade de consumo criaram as condições sobre as quais surgiu um mercado noticioso (Broersma, 2007: xvi). O jornalismo massificou-se e, com isso, a

imprensa político-partidária adotou progressivamente uma posição mais neutra de modo a agradar ao maior número de leitores possível.

- 27 Foi neste contexto que a objetividade se tornou a norma moral para o discurso jornalístico. Ao contrário do séc. XVIII, a partir de meados do séc. XIX os jornais norte-americanos não refletiam o ponto de vista do editor (naquilo que poderíamos denominar 'imprensa de opinião'), transformando-se em máquinas discursivas disseminadoras de factos e ocorrências e acontecimentos (uma imprensa de 'informação'). A expressão da opinião ficava, assim, tendencialmente restringida às colunas de opinião (especialmente concebidas para esse efeito) e aos editoriais. Nas restantes secções do jornal, reinava a norma da objetividade, isto é, uma enunciação que não se deixava influenciar por percepções individuais (sentimentos ou preferências), tendo em conta a busca da imparcialidade. A objetividade foi, deste modo, um dos principais princípios de produção discursiva do jornalismo anglo-americano no séc. XIX. Mas de que modo esta norma discursiva estava já em prática no caso da imprensa regional madeirense?
- 28 No caso do *Diário da Madeira* e do *Diário de Notícias* (Madeira), em 1916 e 1917, parece que este padrão discursivo comum na imprensa anglo-americana ainda não estava completamente adotado. Com efeito, as notícias analisadas permitem-nos concluir que se trata ainda de uma imprensa de opinião onde os editores/diretores têm um enorme peso no assumir de causas públicas por parte do jornal.
- 29 A ideia de um afastamento da subjetividade em nome da objetividade não parece existir, pois os artigos são escritos com elevada apreciação moral³ e adjetivação⁴, claramente advogando uma posição político-social. Nos textos jornalísticos estudados, a imparcialidade não é sequer procurada. Pelo contrário, afirma-se uma determinada leitura dos ataques dos submarinos ao Funchal, que não busca ouvir ambas as partes envolvidas (por exemplo: a reacção alemã). Por outro lado, a própria pontuação exemplifica a carga emotiva e subjetiva emprestada ao discurso jornalístico registado em ambos os jornais de referência daquela época na Madeira.
- 30 O discurso jornalístico não é tanto orientado para factos quanto 'motivado por factos'. Isto é, os bombardeamentos do Funchal não são o acontecimento central sobre o qual se erige a notícia; eles funcionam, antes, como o 'acontecimento-âncora' ou o 'espoletador' do texto de opinião noticiado. Um bom exemplo desta atitude mais subjetiva dos factos é-nos dada pela reivindicação de uma atitude de união a que o *Diário da Madeira* apela:

31

Todavia, as nossas esperanças, não as devemos considerar perdidas. Ainda é tempo de alguma coisa fazer-se em prol dos nossos interesses, do nosso futuro e das nossas próprias vidas, reunindo-nos todos n'um grande e intenso movimento que tenha por fim reclamar do governo central enérgicas providências para a situação em que nos encontramos⁵.

32

- 33 Repar-se como o excerto denota uma vindicação de unidade dos madeirenses e simultaneamente reivindica uma atitude proativa e solidária do Governo português para com a região insular. Este tipo de discurso interventivo é precisamente um dos que se opõem à norma discursiva da objetividade. No caso particular deste texto jornalístico, os factos são o ponto de partida para a tomada de uma posição sobre a realidade. Mais do que a narração do sucedido, sobressai a exortação da luta pela causa madeirense.

- 34 O tom contestatório e crítico em relação ao Governo é algo constante nos artigos dos jornais madeirenses analisados: “Dêsem aos nossos homens, aos nossos militares, os meios de defesa indispensáveis – e teríamos assistido domingo passado, na Madeira, a um lucta que hoje teria para nós o encanto d’um acto heróico ou d’uma victória⁶”; “A baía do Funchal continua desgraçadamente sem defeza, e sabe Deus quando o governo central, distraído por outras questões, terá tempo para se preocupar com a nossa situação e com o nosso abandono⁷”.
- 35 Vejamos um exemplo que, a julgar pelos padrões discursivos anglo-americanos (e contemporâneos), ocorreria certamente, não num artigo de jornal, mas numa coluna de opinião assinada por uma respeitável personalidade: “Alguma coisa, talvez, de mais grave e de mais profundo está em jogo. E o enormíssimo conjuncto de interesses d’uma população inteira, que pode vir a passar por bem rudes provações se a navegação se alastrar pelo nosso porto e o deixar sem a sombra de um auxílio extranho⁸”. O que aqui está patente é um conjunto de considerações interpretativas que analisam criticamente a realidade social a partir de um ponto de vista muito particular: a narrativa não é apenas extremamente pessoal, o discurso não é apenas singularizado, como assume uma identidade regional muito vincada. Aliás, a identidade discursiva não se cola à identidade coletiva portuguesa, mas à identidade coletiva madeirense.
- 36 O discurso jornalístico madeirense de 1916 e 1917 acerca dos bombardeamentos do Funchal aponta, assim, para uma produção discursiva que não se baseia nos factos e os depura. Ela parte dos factos para esgrimir um conjunto de argumentos e juízos de valor acerca da causa madeirense e das consequências da I Guerra Mundial para a ilha. Assim, a garimpagem dos factos, a enumeração dos pormenores, as indicações espaciais e temporais estão presentes,⁹ mas rodeadas - como uma ilha - de opinião. Digamos que, nos artigos analisados, a objetividade é afogada pela subjetividade interventiva de quem escreve. A ideia do jornalista que se apaga perante os factos ainda não está presente no *Diário da Madeira* e no *Diário de Notícias* (Madeira). Pelo contrário, o que se repara nas entrelinhas dos artigos é a presença toda poderosa de um intelectual que pugna pela defesa dos interesses insulares e que condena com veemência a ação bélica alemã - “Mal se podia imaginar o brutal e traiçoeiro assalto (...), [e] a requintada covardia do ataque (...) ¹⁰”. Outro exemplo da presença discursiva do intelectual culto (que lê Filosofia), e não tanto do jornalista, são os constantes apelos à aquietação: “Tenhamos serenidade e saibamos todos ser estóicos, no momento, sem dúvida grave, para a Pátria e particularmente para a Madeira¹¹”.
- 37 Em suma, ao contrário de um discurso de objetividade – centrado nos factos, narrador dos acontecimentos –, assistimos, neste caso, a notícias que se pautam pelo padrão discursivo anglo-americano e que refletem os imperativos de uma imprensa de opinião. Esta conclusão está em consonância com os dados que possuímos do desenvolvimento mais tardio do campo de produção discursiva que é o jornalismo na Europa mediterrânica (Chalaby, 1996). Deste modo, a objetividade parece ficar secundarizada, face à presença incontornável do intelectual-jornalista que escreve nos dois jornais regionais do início do séc. XX.

2.2. A pirâmide invertida

- 38 “Pirâmide invertida” é a metáfora usada na teoria do jornalismo que caracteriza o método de estruturação de um artigo segundo um critério de prioritização da informação. A par

da objetividade, é outra das normas discursivas introduzidas no séc. XIX pela imprensa anglo-americana e reflete o culto pela informação factual e pela imprensa de informação baseada nas *hard news*. É, igualmente, uma das técnicas de escrita que melhor define o jornalismo moderno e que faz parte do conjunto de saberes especializados que rege a atividade profissional do jornalista.

- 39 A norma discursiva que estrutura o texto de acordo com uma pirâmide invertida obedece a dois princípios: (1) a notícia começa por oferecer um sumário do acontecimento reportado; (2) a reconstrução do acontecimento respeita um critério de importância em detrimento de um critério cronológico (Thomson, White & Kitley, 2008: 213). Dito de outro modo, um artigo jornalístico começa pelos aspetos mais importantes e interessantes ('quem', 'o quê', 'como', 'onde', 'porquê' e 'quando') - o topo da pirâmide -, aos quais se acrescenta pormenores e detalhes pertinentes - meio da pirâmide -, terminando com aspetos genéricos e informação contextual - base da pirâmide invertida. A grande vantagem deste modelo de redação noticiosa é a sua enorme condensação temática, ou seja, a informação é apreendida rápida e imediatamente, podendo o leitor prescindir da leitura do resto da notícia, sem que isso prejudique a compreensão do acontecimento reportado. A informação mais importante é instantaneamente oferecida ao leitor, o qual pode desistir da leitura que mesmo assim fica na posse da informação substancial que dá forma à notícia. A inclusão de um parágrafo inicial chamado *lead* reforça este poder condensador da pirâmide invertida, possibilitando a eliminação de parágrafos menos relevantes.
- 40 A pirâmide invertida surge no jornalismo anglo-americano impulsionada pela aceleração da produção e do consumo noticiosos, estimulados pelas novas condições tecnológicas, sociais e económicas da América. A abundância informacional requer a existência de modelos de estruturação discursiva do texto jornalístico, com vista a reduzir o tempo de escrita e de leitura. Trata-se, pois, de uma norma discursiva (concomitante com a popularização do telégrafo) que visa facilitar a apreensão da notícia, ao mesmo tempo que oferece um método padronizado e serial de escrita jornalística. Isto está em claro contraste com a escrita menos industrializada e mais laboriosa da imprensa de opinião, cujo estilo elevado e muito literário requeria longas horas de reflexão e redação.
- 41 Um exemplo eloquente do estilo de escrita literária que ainda imperava nos dois jornais analisados aparece num parágrafo do *Diário de Notícias* (Madeira) de 16 de dezembro de 1916:

42

Os astros, privados da sua irradiação deslumbradora, despegando-se do alto, esburacados pelas balas, esfacelados, feitos em hastilhas, reduzidos a meros torresmos. A perturbação e a confusão de todos os elementos da Natureza. O regresso ao tenebroso caos primitivo. A antecipação do fim dos mundos.

43

- 44 Num tom romântico, mas também apocalíptico, este parágrafo não possui factos sobre os quais veicula a informação. Ele prefere fazer uma descrição muito sugestionadora através do recurso a figuras de estilo literárias e, deste modo, impressionar os leitores. Está, assim, muito longe do discurso jornalístico que possuímos na contemporaneidade, ao não se preocupar tanto com os factos, puros e duros, quanto com imagens literárias que pretendem descrever, com elegância, a tragédia. O mesmo sucede nestes casos: "Néla imperou somente um tórvo instinto bárbaro, onde tão bem assentam e se radicam as doutrinas cruéis dos grandes militares prussianos¹²"; "Um raciocínio inepto, por invertido

nos seus termos, pretende convencer-nos que devemos ser bombardeados sem lamentações nem revoltas, porquanto a cidade de Londres é frequentemente alvejada por aviões inimigos (...)”¹³.

- 45 Mas até que ponto podemos observar a inclusão da pirâmide invertida nas notícias sobre o bombardeamento do Funchal de 1916 e 1917?
- 46 Embora possam ocorrer pequenas diferenças pontuais, os artigos examinados revelam suficiente homogeneidade neste ponto para respondermos que existe já uma tendência de apresentação de um parágrafo introdutório, cuja forma está muito próxima do *lead* anglo-americano. Não se trata ainda de um *lead* completamente definido. Porém, a muito frequente inclusão de um parágrafo introdutório aponta já para a necessidade que o *Diário da Madeira* e o *Diário de Notícias* (Madeira) reconhecem de dar ao leitor uma primeira leitura sobre o acontecimento. Os parágrafos introdutórios providenciam, assim, uma leitura sinótica da notícia, formando um esquema temático que nos esclarece acerca da organização da informação no artigo. É como se estes parágrafos introdutórios funcionassem como pequenos orifícios que permitem aos leitores espreitar a notícia nos seus traços gerais, tal como o buraco de uma fechadura nos permite antecipar aquilo que se encontra dentro da divisão fechada.
- 47 Vejamos: “A Madeira bombardeada por um submarino alemão – a canhoeira franceza ‘Surprise’ e os vapores ‘Kanguroo’ e ‘Dacia’ torpedados dentro da bahia”¹⁴. O parágrafo introdutório não é ainda um *lead*, isto é, um texto com relativa autonomia dentro do próximo texto principal da notícia. Contudo, é um pequeno subtítulo que complementa o título e que oferece o essencial da informação. Temos, assim, os elementos fulcrais da notícia, incluindo o nome dos navios afundados.
- 48 Sem dúvida, o exemplo mais aproximado do *lead*, num exemplo de clara influência anglo-americana, é-nos dado por: “Bombardeamento do Funchal por um submarino alemão – registaram-se 5 mortes e ficaram feridas cerca de 30 pessoas. Os estragos na cidade e arredores. O combate com o pirata. Pormenores diversos”¹⁵. A primeira parte do subtítulo poderia ser confundida com um *lead* contemporâneo, mas é a indicação de ‘pormenores diversos’ que o trai. De qualquer modo, estamos perante um parágrafo introdutório que, de algum modo, resume o artigo e que, simultaneamente, oferece já a informação fundamental (nomeadamente, o número de mortos e feridos).
- 49 Vejamos outro exemplo onde o aspeto sinótico continua bastante presente: “O torpedeamento no porto do Funchal por um submarino inimigo – Analyse da situação; A nossa maneira de vêr; mais notas dos acontecimentos”¹⁶. Neste caso, dir-se-ia que o parágrafo introdutório se apresenta claramente como um sumário; “*mais notas dos acontecimentos*” exemplifica a função indexical do sumário perfeitamente.
- 50 Assim, é plausível afirmar que se nota uma subtil e paulatina influência do *lead* anglo-saxónico nestes títulos. Isto não significa, todavia, que o processo de desenvolvimento deste padrão discursivo do jornalismo moderno estivesse já concluído. Na verdade, nota-se a coexistência da influência discursiva americana e do padrão discursivo tradicional baseado num estilo literário pesado e rebuscado. Assim, na amostra estudada, encontrámos igualmente um artigo jornalístico que não possui qualquer parágrafo introdutório: “A defesa das nossas vidas e propriedades”¹⁷. Aliás, trata-se de um título vago que não indica o contexto pós-bombardeamento do Funchal. A não-inclusão de um parágrafo introdutório talvez possa ser justificada pela natureza editorial do artigo. Com

efeito, a escrita na primeira pessoa do plural (o “nós” majestático) não esconde a personalidade do autor, perfeitamente vincada nas palavras.

- 51 Concentremo-nos agora no corpo do texto: será que podemos identificar a pirâmide invertida?
- 52 A análise das notícias sobre os ataques alemães à Madeira não permite concluir que o jornalismo regional madeirense, em 1916 e 1917, tivesse já incorporado, por completo, a técnica de escrita em pirâmide invertida.
- 53 O corpo de uma notícia de natureza factual (*hard news*) que integre a pirâmide invertida é geralmente composto por subcomponentes que desempenham vários tipos de funções. Normalmente, uma notícia inclui: uma elaboração ou reiteração que detalha ou exemplifica a informação apresentada no *lead*; as causas que relatam os motivos para alguma coisa reportada; as consequências, apontando os eventos que, de modo expectável, se seguirão ao acontecimento reportado; a contextualização do panorama temporal, espacial, social, cultural, económico ou político dos acontecimentos noticiados (Thomson, White & Kitley, 2008: 218). Existe, deste modo, um núcleo temático condensado no título e no *lead*, a partir do qual se espraiam os detalhes que compõem o acontecimento jornalístico. Na terminologia de Thomson, White & Kitley (2008: 219), temos uma “disposição orbital” (*orbital arrangement*), na qual componentes-satélite orbitam em torno de um núcleo temático fundamental.
- 54 Este tipo de organização discursiva do texto jornalístico é hoje dominante, mas isso não significa que, em 1916 e 1917, na Madeira, o discurso jornalístico espelhasse esta disposição orbital. Com efeito, a análise das notícias do bombardeamento do Funchal demonstra que a pirâmide invertida era uma prática discursiva ausente (ou incipiente), na medida em que não se registam, de forma clara e inequívoca, os subcomponentes ‘elaboração’, ‘causas’, ‘consequências’ ou ‘contextualização’. Isto não quer dizer que não se encontrem exemplos de consequências ou contextualização nos textos. Com certeza que se encontram. Contudo, a articulação discursiva entre um título e o corpo do texto é ainda incompleta. Os títulos e os parágrafos introdutórios tendem, muito simplesmente, a anunciar o sumário do texto, mas não formam um núcleo a partir do qual se desenvolvem os subcomponentes. Pelo contrário, o estilo elaborado da escrita das notícias e o seu pendor reivindicativo/opinativo proíbem uma organização autodemstrativa dos factos ocorridos¹⁸.
- 55 Na verdade, regista-se uma incontornável reelaboração discursiva da narrativa factual com base nas motivações e na leitura interpretativa que o autor dos textos dos jornais faz daqueles acontecimentos. Assim, se as consequências são constantemente assinaladas¹⁹, elas não orbitam o título ou o parágrafo introdutório. Além disso, as constantes passagens de pendor opinativo interrompem o fluxo factual que se observa no padrão discursivo do jornalismo anglo-americano. Leiam-se os seguintes parágrafos contíguos:

É mister ponderar muito seriamente esta questão vital da vida económica desta ilha./ Não cruzemos os braços diante desta grave situação. Não alimentemos vans esperanças e fementidas ilusões”²⁰.

56

- 57 A leitura integral das notícias faz-nos concluir que a sucessão de parágrafos que constituem o corpo da notícia não segue a ordem prioritária dos factos mais importantes para os menos importantes. Contrariamente, segue a linha de raciocínio dos escritores-

jornalistas destes jornais, que abordam diversos aspetos sociais, económicos e políticos, do ponto de vista de um ativista ou de um ator político. O discurso jornalístico do *Diário da Madeira* e do *Diário de Notícias* (Madeira) desta época não adota, assim, o modelo de pirâmide invertida, optando, em alternativa, pela sucessão mais ou menos espontânea de parágrafos que, ao conservarem uma enorme autonomia dentro da argumentação, não se entrecruzam entre si. A própria preocupação com os factos (hora do ataque, duração, locais atingidos) nem sempre é respeitada. O *Diário de Notícias* (Madeira) de 13 de dezembro de 1917 é um caso excecional, pois começa precisamente o corpo da notícia com este tipo de informações. Porém, o *Diário da Madeira* de 5 de dezembro de 1916, que publica a notícia dois dias após o assalto alemão²¹, já não faz qualquer referência a esses elementos.

- 58 Enquanto, no discurso jornalístico anglo-americano, o corpo do texto segue o núcleo através de um conjunto de detalhamentos e especificações, no discurso jornalístico regional estudado, o corpo do texto oferece novos sentidos ao título (por vezes muito díspares entre si). Assim, em vez de um modelo orbital e de pirâmide invertida, a maioria das notícias analisadas segue um modelo ensaístico, revelando as enormes afinidades que o jornalismo europeu ainda detinha com um estilo literário de jornalismo.

2.3. Voz jornalística (de neutralidade)

- 59 Já foi referido o quanto a voz do autor das notícias ecoa na escrita do *Diário de Notícias* (Madeira) e no *Diário da Madeira*. Aprofundemos agora o que entendemos por ‘voz jornalística’. Por esta expressão entendemos um conjunto de dispositivos textuais que veiculam algum tipo de atitude - positiva ou negativa. De acordo com o padrão discursivo anglo-americano, e em concomitância com o princípio da objetividade, a voz jornalística deve aparentar neutralidade, e os termos, vocábulos e expressões utilizados devem ser o mais possível desprovidos de conotações, juízos ou manifestações emocionais desmedidas.
- 60 Três tipos de vozes jornalísticas podem ser identificadas (Thomson, White & Kitley, 2008: 221): a voz do repórter, usada nas notícias de base factual (*hard news*), no reportar, por exemplo, de acidentes, protestos, crimes, guerra, etc.; a voz do correspondente, usada na cobertura internacional ou na reportagem ao vivo; e a voz do comentador, encontrada em contextos altamente subjetivos (como editoriais, artigos de opinião, painel de comentário, etc.). Destes três tipos de vozes jornalísticas, a mais presente nos artigos analisados é, como se percebe pelo que foi já afirmado, a voz do comentador.
- 61 Com efeito, os bombardeamentos do Funchal ocorridos em 1916 e 1917 revelam uma dimensão de comentário que não corresponde ao padrão discursivo de informação factual popularizado pela imprensa americana e britânica. Assim, na escrita das notícias encontramos uma forte atitude valorativa pontuada por uma aura de autoridade, que contrasta fortemente com a voz jornalística do repórter. Enquanto, neste caso, as apreciações e juízos de valor tendem a restringir-se ao indispensável, no comentário, a voz do jornalista não é apenas notoriamente conspícua, como também se afirma como uma verdadeira autoridade naquele tema. As apreciações e juízos de valor abundam na tentativa de providenciar uma leitura dos acontecimentos. “A Alemanha pretendeu, mais uma vez, amachucar o nosso brio, o orgulho legítimo que nos faz andar, apesar de pequenos, de cabeça erguida, entre as nações maiores²²”. Note-se, também, a autoridade implícita desta afirmação: “Cumpre-nos, porém, fazer sentir a necessidade de aumentar os meios de contrabalançar, pelo menos, os perigos que nos ameaçam e que nos podem

atingir quando mal esperamos, como assim aconteceu na quarta-feira última²³”, ou em: “A Madeira não pode estar à mercê de tão grande desamparo. Não pode - nem o merece!²⁴”. Aliás, os pontos de exclamação (nuance emocional assertiva) são uma constante no discurso jornalístico de ambos os jornais analisados. A utilização de advérbios e adjetivos é especialmente reveladora das atitudes emocionais que perpassam no discurso jornalístico madeirense no início do séc. XX. Repare-se nos seguintes excertos: “É angustiosa e intolerável a situação dos funchalenses²⁵”; “Está ensanguentado, lés a lés, o velho mundo²⁶”; “(...) não falta coragem nem desassombro para fazermos uma digna e briosa defesa da nossa terra²⁷”; ou “Mar de Sangue²⁸”.

62 Em todos estes exemplos é evidente a afetação emocional que o torpedeamento do Funchal gerou na população e a que a escrita jornalística não foi alheia. Tal demonstra que os padrões discursivos anglo-americanos, que haviam de prosperar no séc. XX um pouco por todo o mundo, não estavam ainda amadurecidos na Madeira, em 1916 e 1917. A incontornável autoridade que sobressai nas notícias não é, ainda, capaz de se apagar em prol de uma voz jornalística de neutralidade. Pelo contrário, as notícias mostram pouca contenção verbal, no que diz respeito a ajuizar sobre o ato da Alemanha, que acaba por ser apelidado de bárbaro²⁹.

63 Dir-se-ia inclusivamente que o objetivo nem sequer é esse: o de uma voz neutra. Na verdade, a ‘Cruzada Regionalista’ ou a defesa da chamada ‘causa madeirense’ incitavam a esta voz interventiva e reivindicativa, que não aceitaria nunca o seu apagamento em construções discursivas que apagassem a subjetividade do jornalista. Aqui estamos perante uma imprensa de opinião, onde o jornalista é, antes de mais, personalidade e autoridade intelectual, cuja missão de participação ativa na vida política e social exige que não adote procedimentos discursivos de neutralidade.

64 Estamos, pois, perante um outro tipo de jornalismo, radicalmente diferente do jornalismo anglo-americano, que não prima pela instantaneidade da informação e pela primazia dos factos, mas antes pela reflexão elaborada e crítica da realidade social a que assiste, pela qual legitimamente pretende interceder (discursivamente). Ainda que os artigos não sejam assinados, nem haja qualquer referência ao diretor da publicação, a voz do jornalista, nos dois jornais em causa, é muito marcada e autoimpositiva.

65 Genericamente, cada artigo funciona dentro um género híbrido, entre aquilo que hoje chamamos editorial e peça jornalística:

66

Mar de Sangue / A baía do Funchal, nesga de mar, sereno na maioria dos dias que o ano conta, átomo do oceano que cobre dois terços da superfície do globo terráqueo, é hoje grande, pela scena trágica que nela se desenrolou no espaço de minuto e meio, transpondo o limiar da morte, nada mais de que trinta irmãos nossos que acabavam de acolher-se a este doce e acariciado seio, que sempre foi rico de hospitalidade para a gloriosa nação francesa”³⁰.

67

68 Este excerto é revelador a vários níveis: em primeiro lugar, pela voz jornalística, que elogia a nação francesa e que tece considerações misturadas com factos (“trinta irmãos”; “oceano cobre dois terços da superfície do globo terráqueo”); em segundo lugar, pela construção frásica complexa, que inclui muitas orações num estilo adornado (“acolher-se a este doce e acariciado seio”); em terceiro lugar, sublinhe-se a identidade madeirense enfatizada pela expressão figurada (“nossos irmãos”). É um parágrafo esclarecedor de como a voz do jornalista se confunde com a voz de um publicista, ou seja, alguém que tem

uma intervenção pública através da escrita de discursos sobre vários temas, apreciado em termos políticos, e com o objetivo de difundir na sociedade determinadas ideias (e. g., ‘a Causa Madeirense’).

- 69 Concluímos esta secção com um exemplo eloquente do papel interventivo que o discurso da imprensa madeirense da época reflete: “Não largaremos o assunto de mão, enquanto não for satisfeita esta necessidade, da qual estão dependentes a segurança e a tranquilidade de todos nós”³¹. Eis a imprensa madeirense assumindo esse papel de desassossegada vigilância da sociedade, cuidando para que o bem-estar público prevaleça, mesmo se alvo de inesperadas invetivas militares.
- 70 A voz neutra do jornalismo não se faz ainda ouvir. Mas isso, neste caso específico, não é considerado tanto um defeito quanto uma verdadeira virtude.

Conclusão

- 71 Como se infere a partir do exposto, os princípios basilares do padrão discursivo do jornalismo anglo-americano não se observavam ainda na imprensa madeirense do início do séc. XX. Objetividade, pirâmide invertida e voz jornalística neutra não eram, ainda, elementos fundamentais do discurso jornalístico da época dos bombardeamentos do Funchal. Conclui-se, assim, que essa influência apenas paulatinamente foi adotada em Portugal, em especial na região insular madeirense.
- 72 Na Madeira de inícios do séc. XX, o padrão discursivo do jornalismo baseava-se, ainda, na opinião. Não se registam diferenças notáveis entre o discurso jornalístico do *Diário da Madeira* e o discurso jornalístico do *Diário de Notícias* (Madeira). Isso mostra-nos uma relativa homogeneidade entre diferentes publicações periódicas. E, se é verdade que se notam disparidades na ortografia utilizada (e. g., num caso, temos ‘Alemanha’, noutra temos ‘Allemanha’), pode-se afirmar que ambos os jornais regionais apresentam as mesmas características discursivas. Tal é especialmente relevante para determinar a fase de desenvolvimento da implantação, em Portugal, do discurso jornalístico de índole anglo-americana. Tanto quanto a pesquisa efetuada nos dá a ver, reconhecemos esta época (1916 e 1917) como um período de transição entre um jornalismo de opinião e um jornalismo de informação. Este é, então, um período especialmente relevante por nos ajudar a balizar o ritmo de adoção, em Portugal e na Madeira, das revolucionárias normas discursivas que iriam rapidamente estender-se a todo o mundo e afirmar o jornalismo como uma atividade de pleno direito.
- 73 Assim, e embora o jornalismo madeirense adote esparsamente alguns elementos³², voltamos a insistir que não é possível reconhecer claramente os princípios do jornalismo anglo-americano já formados e plenamente definidos. Nenhuma peça examinada mostra sinais do uso da escrita em pirâmide invertida. O ‘como’, ‘quem’, ‘porque’, ‘onde’ e ‘quando’ não formam o núcleo organizador do texto. O tom do jornalista não é neutro. A preocupação não é tanto com a objetividade dos factos quanto com a afirmação de uma perspetiva regional (e enriquecida com a subjetividade do intelectual que redige a notícia) acerca dos acontecimentos. Desse modo, o jornalismo regional deste período [*Diário de Notícias* (Madeira) e *Diário da Madeira*] não se configura como autoridade discursiva de pleno direito seguindo uma linha editorial muito politizada e interessada. Tal não nos deve surpreender, porque isso parece ser uma tendência do jornalismo português insular. O *Açoriano Oriental* seguia também a linha editorial regionalista que favorecesse o

arquipélago dos Açores, tendo, por esse motivo, alterado consecutivamente a sua orientação durante a I Guerra Mundial: ora aliado, ora germanófilo, ora seguidor da União Republicana (Novais, 2013: 213).

- 74 Diremos que o estudo de caso efetuado nos dá a ver um jornalismo cujo discurso se caracteriza pela mestiçagem entre opinião e informação, entre juízos de um intelectual-jornalista e os factos objetivos do acontecimento, entre a reivindicação assumida nos textos dos interesses madeirenses e a descrição impassível do ataque alemão ao Funchal. Assim, perante a tendência de um jornalismo de opinião, em determinados trechos, ocorre um discurso acerca da atualidade que prenuncia o cânone anglo-americano.
- 75 A natureza dos artigos de jornal estudados está intimamente ligada ao género jornalístico que conhecemos por 'editorial'. Com efeito, é difícil reconhecer naquele tipo de discurso uma notícia de jornal, tal como existe nos moldes atuais. Contudo, isso não deve obliterar a identificação de elementos factuais – como a hora, a data, as personalidades, os locais afectados, etc. – que coexistem com a afirmação e vindicação das opiniões. É nessa medida que sugerimos descrever este panorama do jornalismo regional português do início do séc. XX como sendo de 'mestiçagem'.
- 76 A ideia de uma 'mestiçagem entre opinião e informação' pretende traçar um panorama muito claro: apesar de haver elementos que existem no discurso anglo-americano do jornalismo, ainda temos fundamentalmente um discurso onde a informação não assumiu um papel epistemológico em si mesma (cf. Matheson, 2000: 559). O discurso jornalístico destes dois jornais, neste período, ainda não se constituiu num campo autónomo de produção discursiva nem assume um estatuto social independente.
- 77 O que ressalta da nossa análise é um discurso de imprensa bastante devedor de outros tipos de discurso que circulam na sociedade, nomeadamente o discurso literário com os seus ornamentos, figuras de estilo, elegância e prosa poética. Convém, neste ponto, insistir que, se é indiscutível o papel interpretativo das notícias, esta interpretação não corresponde à voz própria e específica da atividade jornalística enquanto campo autónomo de produção discursiva. Ela traduz, antes, a interpretação, não da imprensa enquanto agente social, mas de grupos sociais que pugnavam pela defesa dos interesses da Madeira³³. É neste contexto que se torna difícil vislumbrar o emprego da norma discursiva da objetividade: de facto, os jornais madeirenses lutavam por uma causa social particular e o ponto de vista distanciado que reconhecemos ao jornalismo moderno não estava aqui plenamente configurado. A voz 'jornalística' do *Diário da Madeira* e do *Diário de Notícias* (Madeira), para além de ser, como já sublinhámos, uma voz de feição editorial, é uma voz que confia na autoridade cultural de intelectuais a defenderem a sua identidade coletiva, e não na autoridade de um campo social independente dotado de um corpo de profissionais – os jornalistas – que agem de acordo com procedimentos, rotinas e normas discursivas particulares.
- 78 Assim, e em síntese, não podemos, ainda, atribuir ao jornalismo regional madeirense do início do séc. XX a voz universal e padronizada que viria a caracterizar o jornalismo a partir da década de 1920. Neste caso, os acontecimentos ainda não são enquadrados num discurso jornalístico enquanto discurso autónomo. Uma boa maneira de compreendermos a distinção entre um jornalismo encarado como produção discursiva autónoma e um 'jornalismo' como recolção de vozes sociais pré-existentes é pensar em representação. Assim, enquanto o jornalismo de opinião tende a representar a informação, imprimindo-lhe o seu cunho valorativo e ideológico, o jornalismo de informação, capaz de se erigir num campo independente de produção discursiva, é, em si mesmo, informação.

- 79 Isto não significa afirmar que o jornalismo anglo-americano seja anti-representacional ou abstrato (Matheson, 2000: 565). Significa, sobretudo, que se torna uma forma de conhecimento, ou um discurso acerca da realidade, autossuficiente; um em que o estilo cavalheiresco, digno e corrosivo que encontramos no *Diário da Madeira* e no *Diário de Notícias* (Madeira) dá lugar a um estilo convencional de reportar o mundo: um estilo mais neutro, distanciado, impessoal e assético, mas que por isso mesmo se ajusta ao ritmo frenético de produção noticiosa que caracterizou o séc. XX. Enquanto num jornalismo de opinião seria quase impensável apresentar sem qualquer prólogo, consideração ou comentário os acontecimentos sucedidos, no jornalismo moderno de índole anglo-americana, o procedimento natural é saltar imediatamente para os factos: a invenção da pirâmide invertida e do *lead* ilustram-no na perfeição. Assim, diremos que na pesquisa realizada em torno da imprensa madeirense do início do séc. XX sobressai 'um discurso de opinião encarado como uma relação social que se firma com os leitores', sendo necessário elaborá-la de acordo com o contexto.
- 80 Ao contrário da peça noticiosa anglo-americana, a notícia não é ainda um elemento autossuficiente de conhecimento do mundo; necessita dos preâmbulos e considerações que funcionam como operações fáticas que preparam o leitor para receber uma dada leitura (comprometida e reivindicativa) do mundo. E isso é o que parece melhor caracterizar o jornalismo de opinião da imprensa madeirense durante 1916 e 1917.

BIBLIOGRAFIA

- Baptista, C. (2012). *Apogeu, Morte e Ressurreição da Política nos Jornais Portugueses - do Século XIX ao Marcelismo*. Lisboa: Escrit'orio.
- Barros, J.L. de (2014). *O Jornalismo Político Republicano Radical. O Mundo (1900-1907)*. Tese de Doutoramento em História, Faculdade Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Barros, J.L.de (2015). O jornalismo político d'O Século e do *Diário de Notícias*. *Comunicação Pública*, 10 (17).
- Broersma, M. (2007). Form, style and journalistic strategies. An introduction. In: Broersma, M. (ed.). *Form and Style in Journalism. European Newspaper and the Representation of News, 1880-2005*. Leuven: Peters: ix-xxix.
- Cádima, F. R. (2002). *História e Crítica da Comunicação*. Lisboa: Edições Século XXI.
- Carvalho, E.S. (2013). *Jornalismo de Guerra- O Caso da Imprensa Portuguesa*. Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior.
- Chalaby, J.K. (1996). Journalism as an Anglo-American invention - a comparison of the developments of French and Anglo-American journalism, 1830s-1920s. *European Journal of Communication*, 11(3): 303-326.
- Chalaby, J.K. (1998). *The Invention of Journalism*. London: Palgrave Macmillan.
- Hallin, D. and Macini, P. (2004). *Comparing Media Systems*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Joesphi, B. (2005). Journalism in the global age: Between the normative and empirical. *Gazette: The International Journal for Communication Studies*, 67 (6): 575-590.
- McLaughlin, G. (2002). *The War Correspondent*. Londres: Pluto Press.
- Matheson, D. (2000). The birth of news discourse: changes in news language in British newspapers, 1880-1930. *Media, Culture & Society*, 22: 557-573.
- Melo, P.B (2005). Um passeio pelo história da imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. *Revista Comunicação & Informação*, 8 (1).
- Mesquita, M. (2003). *O Quarto Equívoco. O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Mónica, M.F. (2003). *Eça de Queiroz Jornalista*. Lisboa: Principia.
- Novais, N.E. (2013). *A Imprensa Portuguesa e a Guerra. 1914-1918- Os Jornais Intervencionistas e Anti-Intervencionistas, a Acção da Censura e da Propaganda*. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, FCSH-NOVA.
- Papathanassopoulos, S. (2001). Media commercialization and journalism in Greece. *European Journal of Communication*, 16: 505-521.
- Queirós, Eça de (1983). Correspondência. In: Castilho, Guilherme de (Org.). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Sardica, J. M. (2012). O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia constitucional. *Análise Social*, 203, XLVII (2.º): 344-368.
- Serrão, J. (1983). *Temas de Cultura Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Sousa, J.P. (S/D). Uma história breve do jornalismo no ocidente. BOCC. [Internet] Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>> [Consult. Julho de 2016].
- Sousa, J.P. (S/D). Pesquisa e reflexão sobre jornalismo até 1950: a institucionalização do jornalismo como campo de conhecimento e campo científico. [Internet] Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-pesquisa-e-reflexao-sobre-jornalismo-1950.pdf>> [Consult. Outubro de 2016].
- Stephens, M. (1988). *The History of News*. New York: Viking.
- Stephens, M. (1997). *History of Newspapers*. Collier's Encyclopedia.
- Tengarrinha, J. (1971). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Portugália editora.
- Thomson, E.A., White, P.R.R. e Kitley, P. (2008). Objectivity and hard news reporting across cultures. *Journalism Studies*, 9 (2): 212-228.
- Tunstall, J. (1977). *The Media are American*. London: Constable.
- Williams, K. (2006). Competing models of journalism? Anglo-American and European reporting in the information age. *Journalistica*, 2: 43-65.

NOTAS

1. Esta perspetiva é defendida, por exemplo, por Melo (2005).
2. A afirmação de Novais (2013: 266) faz um comentário comparativo relativamente a outras realidades europeias. Isto não pode levar-nos, contudo, a supor que a imprensa portuguesa não

foi central na formação da opinião pública nesta época. A historiografia do jornalismo português (Barros, 2014) salienta precisamente a sua influência com muita clareza. Por exemplo, Sardica (2012: 348) escreve: “Os jornais tornaram-se uma espécie de metainstrumento para a reorganização sociocultural da nação, e os jornalistas agentes construtores e porta-vozes da nova consciência colectiva (...). Consequentemente, através da intenção e do *modus operandi* desta ‘geração nova’, o final do século XIX foi o período em que a opinião pública ascendeu à maioridade em Portugal, reforçando a sua moderna função de referencial básico da luta política e da agenda quotidiana, e de barómetro da democracia ambicionada por muitos”.

3. “Os bárbaros d’Alem Vosges que durante três longos, dolorosos anos, teem dado ao mundo os exemplos máximos de selvajaria”, *Diário da Madeira*, 5 de dezembro de 1916; ou “As granadas que o sinistro submarino lançou sobre a cidade do Funchal causando estragos relativamente importantes, foram também como o cartão de agradecimento pela maneira cavalheiresca e generosa, digna de um povo civilizado, como os funchalenses trataram os súbditos alemães residentes nesta cidade, depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal!”, *Diário de Notícias* (Madeira), 5 de dezembro de 1916.

4. “A Guerra Infame”, *Diário da Madeira*, 13 de dezembro de 1917; ou “o maior flagelo de todos os séculos”, *Diário de Notícias*, 12 de dezembro de 1916.

5. *Diário da Madeira*, 6 de dezembro de 1916.

6. *Diário da Madeira*, 7 de dezembro de 1916.

7. *Diário de Notícias* (Madeira), 16 de dezembro de 1916

8. *Diário da Madeira*, 7 de dezembro de 1916.

9. No *Diário da Madeira* de 5 de dezembro de 1916 são várias as informações factuais anunciadas: realização (com local, data e hora) do funeral de uma das vítimas da *Surprise*; o abandono de suas casas por parte da população; a ajuda da Cruz Vermelha; ou, ainda, a descrição técnica da canhoeira *Surprise*.

10. *Diário de Notícias* (Madeira), 5 de dezembro de 1916.

11. *Diário da Madeira*, 5 de dezembro de 1916.

12. *Diário da Madeira*, 16 de dezembro de 1917.

13. *Diário da Madeira*, 16 de dezembro de 1917.

14. *Diário da Madeira*, 5 de dezembro de 1916.

15. *Diário de Notícias*, 13 de dezembro de 1917.

16. *Diário da Madeira*, 7 de dezembro de 1916.

17. *Diário de Notícias*, 14 de dezembro de 1917.

18. Isto faz com que a leitura fosse mais detalhada, mais demorada e menos sintética. Uma situação algo semelhante à que Barros (2015) identifica nos jornais *O Século* e *Diário de Notícias*, em 1906: “Lembremos que a leitura rápida surgia como uma impossibilidade, dada a ausência de títulos que orientassem a leitura, e não havendo por isso sugestão de relevância do facto noticiado. Mesmo na primeira página estes jornais não utilizavam ‘gordas’”.

19. “O futuro que espera a Madeira”, *Diário de Notícias* (Madeira), 12 de dezembro de 1916.

20. *Diário de Notícias* (Madeira), 12 de dezembro de 1916.

21. A este propósito é conveniente referir que, tanto quanto a nossa pesquisa no Arquivo Regional da Madeira pôde apurar, a edição de dia 5 de dezembro do *Diário da Madeira* e do *Diário de Notícias* (Madeira) é a primeira destes jornais, a seguir ao bombardeamento do Funchal de dia 3 de Dezembro de 1916. A confirmar-se este facto, talvez tal se fique a dever à interrupção momentânea das tiragens devido à instabilidade social e política entretanto gerada.

22. *Diário da Madeira*, 5 de dezembro de 1916.

23. *Diário de Notícias* (Madeira), 14 de dezembro de 1917.

24. *Diário da Madeira*, 6 de dezembro de 1916.

25. *Diário de Notícias* (Madeira), 14 de dezembro de 1917.

26. *Diário da Madeira*, 5 de dezembro de 1916.

27. *Diário da Madeira*, 7 de dezembro de 1916.

28. *Diário de Notícias* (Madeira), 8 de dezembro de 1916.

29. *Diário da Madeira*, 5 de dezembro de 1916.

30. *Diário de Notícias* (Madeira), 8 de dezembro de 1916.

31. *Diário de Notícias* (Madeira), 14 de dezembro de 1917.

32. É claro que as notícias evidenciam já alguns aspetos distintivos do jornalismo contemporâneo, como a divisão temática das notícias por secção ou a divisão das entrevistas segundo os temas abordados. Isto sucede, por exemplo, no *Diário da Madeira* de 7 de dezembro de 1916; ou no *Diário da Madeira* e no *Diário de Notícias* (Madeira) de 13 de dezembro de 1917.

33. Recordemos que, por exemplo, o *Diário de Notícias* (Madeira) estava oficiosamente associado à firma Blandy.

RESUMOS

A relutância europeia em assumir o padrão discursivo anglo-americano do jornalismo fez com que a incorporação plena do novo discurso jornalístico assumisse diferentes ritmos de implementação que traduzem realidades evolutivas distintas.

Neste artigo, contribuimos para um estudo histórico e comparativo do discurso jornalístico português, através do estudo de caso de dois jornais regionais madeirenses da segunda década do séc. XX - o *Diário de Notícias* (Madeira) e o *Diário da Madeira* -, aquando das notícias do bombardeamento do Funchal em 1916 e 1917, por parte de submarinos alemães durante a I Guerra Mundial. Trata-se, no fundo, de efetuar uma genealogia das práticas discursivas do jornalismo regional e insular português.

O artigo conclui que, embora o jornalismo madeirense manifestasse, em pequenos apontamentos, essa influência, os princípios basilares do padrão discursivo do jornalismo anglo-americano não se encontravam completamente desenvolvidos. Objetividade, pirâmide invertida e voz jornalística neutra não eram, ainda, elementos fundamentais do discurso jornalístico da época dos bombardeamentos do Funchal, no qual predominava um tipo de discurso mais próximo de uma imprensa de opinião.

European reluctance to adopt the Anglo-American discursive standard of journalism had for consequence that the incorporation of the new journalistic discourse had different rates of implementation reflecting distinct evolutions.

In this paper, we contribute to a historical and comparative study of the Portuguese journalistic discourse through the case study of two Madeira's regional newspapers in the second decade of the 20th century - *Diário de Notícias* (Madeira) and *Diário da Madeira* - by the time of the bombing of Funchal in 1916 and 1917 by German submarines during World War I. Fundamentally, the study is about a genealogy of the discursive practices of regional and insular Portuguese journalism.

The paper concludes that, although Madeira's journalism manifest, in small notes, this influence, the basic principles of the Anglo-American discursive pattern of journalism were not completely developed. Objectivity, inverted pyramid and neutral journalistic voice seem not to be yet key elements of journalistic discourse at the time of the bombings of Funchal. Instead, in the newspapers tends to predominate a kind of discourse close to that characteristic of an opinion press.

ÍNDICE

Keywords: journalism history, discourse, regional portuguese press, I World War, objectivity

Palavras-chave: história do jornalismo, discurso, imprensa regional portuguesa, I Guerra Mundial, objetividade

AUTOR

SAMUEL MATEUS

Universidade da Madeira, Labcom. IFP ; CIC. digital

Campus Universitário da Penteada,

Gabinete 1.44

9020-105 Funchal

Portugal

samuelmateus@uma.pt